



COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50903.001729/2022-11

**CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA OS EMPREGADOS
ATIVOS E ESTAGIÁRIOS DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA -
CODEBA.**

1. OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais para os Diretores, Empregados, Aprendizes e Estagiários da Companhia das Docas do Estado da Bahia — CODEBA.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de fornecimento de Seguro de Vida para todos Diretores, Empregados, Aprendizes e Estagiários da Companhia das Docas do Estado da Bahia — CODEBA, em cumprimento ao estipulado em Cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho e na Lei 11.788/2008.

3. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO OBJETO

3.1. O prazo do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do contrato, com a inclusão das vidas mediante dados fornecidos pela CODEBA, podendo ser prorrogado por até 5 anos, conforme a Lei federal 13.303/2016.

3.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, após assinatura do Contrato.

3.3. A formalização da contratação ocorrerá através da emissão das apólices pelo licitante vencedor, em substituição ao termo de contrato.

4. LIMITE DE IDADE

4.1. Na implantação, 75 anos e após o início de vigência da apólice, para novas inclusões ou movimentações, o limite de Idade será de 70 anos.

5. COBERTURA BÁSICA PARA DIRETORES, EMPREGADOS E APRENDIZES

5.1. Morte natural do segurado — Cobertura Básica - CB: indenização de 100% (cem por cento) do capital segurado.

6. COBERTURAS ADICIONAIS PARA DIRETORES, EMPREGADOS E APRENDIZES

6.1. Indenização Especial por Morte Acidental - IEA: Garantirá o pagamento de uma indenização adicional, acrescida da cobertura básica (CB), no valor correspondente a 100% (cem por cento) do capital segurado.

6.2. Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente - IPA: Indenização de 100% (cem por cento) do capital segurado.

6.3. Doenças Graves - DG: Indenização de 40% (Quarenta por cento) do capital da Cobertura Básica para o Titular.

6.4. Esta cobertura deverá prever a indenização ao próprio segurado caso seja diagnosticado

algumas das doenças previstas abaixo:

- a) Neoplasia Maligna (câncer);
- b) Infarto Agudo do Miocárdio;
- c) Acidente Vascular Cerebral;
- d) Transplante Total de Órgãos;
- e) Doença de Parkinson;
- f) Perda Total da Audição;
- g) Perda Total da Fala;
- h) Cirurgia Coronariana ou Doença Cardíaca Crônica Grave.

6.5. Cônjuge ou Companheiro(a), inclusão automática - IAC: Indenização de 50% (cinquenta por cento) da cobertura básica e adicionais do segurado principal, conforme itens 6.1, 6.2 e 6.3.

6.6. Morte de filhos do segurado — Indenização de 10% (dez por cento) da cobertura básica e adicionais do capital do segurado principal, conforme itens 6.1 e 6.2, exceto para cobertura de doenças graves.

6.7. Assistência Funeral Familiar — Cobertura Familiar para Titular, Cônjuges e filhos até 24 anos de idade se tiver cursando nível superior, que garantirá serviços de traslado, funeral, sepultamento, com agilidade e rapidez, com atendimento personalizado através da central de atendimento ou reembolso das despesas, limitando-se a R\$ 7.755,20 (sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), quando não utilizarem o serviço de Assistência Funeral.

6.8. O reembolso será pago até 30 dias após a comprovação das despesas havidas com o funeral, com a apresentação das Notas Fiscais de Serviço, Atestado de Óbito, Certidão de Nascimento ou Casamento do Segurado.

6.9. O pedido de reembolso poderá ser feito até 12 (doze) meses após a data do óbito.

7. COBERTURA BÁSICA PARA ESTAGIÁRIOS

7.1. Morte Natural do Segurado — Cobertura Básica - CB: indenização de 100% (cem por cento) do capital segurado.

8. COBERTURAS ADICIONAIS PARA ESTAGIÁRIOS

8.1. Indenização especial por morte acidental - IEA: Garantirá o pagamento de uma indenização adicional, acrescida da cobertura básica (CB), no valor correspondente a 100% (cem por cento) do capital segurado.

8.2. Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente - IPA: Indenização de 100% (cem por cento) do capital segurado.

9. CAPITAL SEGURADO

a) Para os Diretores, Empregados e Aprendizizes o capital para fins de indenização por Morte ou Invalidez será de 50 (cinquenta) vezes o menor piso salarial definido pela empresa no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho vigente à época do sinistro.

b) Atualmente o piso salarial mínimo praticado pela empresa corresponde ao valor de R\$ 1.551,04 (mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quatro centavos).

c) Para os estagiários o capital segurado é de R\$ 40.493,84 (trinta e seis mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos).

10. REAJUSTE DE CAPITAL SEGURADO

10.1. Para os empregados, aprendizizes e Diretores o capital segurado será automaticamente reajustado sempre que houver reajuste do piso salarial em conformidade com o clausulado em Acordo Coletivo;

10.2. Para os estagiários o capital segurado será reajustado anualmente com base no IPCA — Índice de Preços ao consumidor Amplo.

11. GRUPO SEGURADO

11.1. Fará parte do grupo segurado os Diretores, Empregados (ativos e afastados), ocupantes de Cargo de Confiança, Estagiários, bem como os empregados que estiverem em gozo de benefício previdenciário na época da assinatura do contrato;

11.2. Estima-se para cobertura de Seguro de Vida em Grupo um universo de 329 segurados empregados (computando Diretores e aprendizes) e 80 estagiários, conforme relação anexa a este Termo de Referência;

11.3. Deixará de fazer jus ao Seguro em Grupo:

- a) O Diretor, Empregado, Aprendiz ou estagiário, pelo desligamento da CODEBA;
- b) Ou por motivo de óbito do Diretor, Empregado, Aprendiz ou estagiário.

12. OSCILAÇÃO DO GRUPO DE SEGURADOS

12.1. O Contrato de Seguro deverá permitir a inclusão de novos segurados que venham a integrar o quadro pessoal da CODEBA, Diretores, Empregados, Aprendizes, ocupantes de cargos de confiança e Estagiários, nas mesmas condições contratuais, conforme o disposto no art. 20 da Resolução N° 117/04 da Susep e posteriores alterações, como também a exclusão de segurados dentro do período de vigência.

13. BENEFICIÁRIOS

13.1. Se o Segurado não designar expressamente o(s) beneficiário(s) deste seguro, será observado o Art. 792 do Código Civil, abaixo:

13.2. “Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária ou código civil”.

13.2.1. **Parágrafo Primeiro:** Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

13.2.2. **Parágrafo Segundo:** É facultado ao Segurado, em qualquer época, substituir o(s) seu(s) beneficiário(s), mediante comunicação por escrito à Seguradora.

13.2.3. **Parágrafo Terceiro:** A seguradora deverá emitir, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), os certificados individuais a contar da data da emissão da apólice e/ou inclusão de novos segurados.

14. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES DE SINISTROS

14.1. As indenizações deverão ser pagas em até 30 dias da data do protocolo da entrega da documentação completa relativa ao sinistro na Seguradora, o mesmo critério deverá ser seguido, para as demais coberturas a exceção da assistência funeral que deverá atender imediatamente quando requisitada, ou 30 (trinta) dias nos casos de reembolso.

14.2. Caso a CONTRATADA venha a efetuar com atraso o pagamento da indenização, o valor devido será atualizado pela variação do IPCA — Índice de Preços ao consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado entre o último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e aquele divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de multa diária correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do respectivo valor.

15. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

15.1. O presente instrumento foi elaborado de acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA.

15.2. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta.

15.3. O procedimento licitatório será conduzido nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, conjugada com a Lei 13.303/2016. Assim, a modalidade de licitação deverá ser PREGÃO, a ser realizada na forma ELETRÔNICA, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela

legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta.

15.4. Os serviços descritos neste Termo de Referência enquadram-se como **serviço comum**, para fins do disposto no Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019.

15.5. Os serviços descritos neste Termo de Referência também são classificados como:

- a) continuados, devido à especificidade do serviço e seu período predeterminado;
- b) sem mão de obra exclusiva, por não haver alocação contínua de serviços da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE;
- c) de demanda estimada, devido a interferência de agentes naturais e humanos cujas consequências não são exatamente previsíveis.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Os serviços licitados deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA, sendo vedada a cessão, transferência ou subcontratação, parcial ou total, exceto para a cessão de cosseguro.

17. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

17.1. O Regime de Contratação para a presente licitação é o Regime de Empreitada por Preço Unitário.

18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Os recursos Financeiros para pagamento das despesas resultantes da contratação provêm do orçamento da CODEBA, conforme classificação contábil a ser realizada pela GRF e Dotação Orçamentária, na devida categoria econômica, a ser realizada pela GRF.

19. VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

19.1. O valor global estimado para a contratação é de R\$ **R\$ 1.022.577,46**.

20. PROPOSTA E CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

20.1. A proposta a ser apresentada pelo licitante deverá ser compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

20.2. Para o Julgamento das propostas será adotado o critério de “Menor Preço Global ” com o objetivo de propiciarmos a ampla participação das empresas interessadas, em busca da maior vantagem para a Administração Pública.

20.3. A Proposta Comercial a ser apresentada, deverá conter no mínimo as seguintes informações:

20.3.1. Carta Proposta com o Valor Global expresso em reais, pelo qual a licitante se obriga a prestar os serviços nos termos do Edital de licitação, entendendo-se como tal, o resultado final obtido na Planilha de Preços, incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, parcelas ou taxas de administração, lucro, despesas indiretas e eventuais, enfim, todos e quaisquer ônus incidentes sobre os serviços e o respectivo contrato;

20.3.2. **Planilha de Preços** adequada a seu último lance com os preços, unitários e totais, expressa em reais (R\$), corretamente preenchida;

20.3.3. Conter razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, com identificação do responsável pela elaboração da proposta;

20.3.4. Deverá indicar prazo de validade da Proposta, que não poderá ser inferior a 80 (oitenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;

20.3.5. Indicar o responsável pela assinatura do Contrato, informando nº do CPF, RG e endereço, no mínimo e anexando documentos que comprove poderes para tal;

20.3.6. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

20.4. Na apresentação da proposta, a licitante deverá **encaminhar minuta de apólice** e demais documentos que a acompanhe para fins de análise jurídica por parte da CODEBA no intuito de certificar

que as condições estabelecidas neste Termo de Referência foram observadas.

21. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA limitar-se-á à:

21.1.1. **Certidão de Regularidade** da empresa perante a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados;

21.1.2. Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, comprovando ter executado serviços de características semelhantes às parcelas de maior relevância (técnica ou economicamente relevantes) referente ao Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais;

21.1.3. **Declaração**, corretamente preenchida, de que não se enquadra em qualquer das situações previstas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016;

21.1.4. **Declaração** de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;

21.1.5. **Declaração** de que disporá, no momento da contratação, de todos os recursos humanos e operacionais necessários a execução do objeto licitado;

21.1.6. **Declaração** de que não designará, para a execução dos serviços ora licitados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou dirigente da CODEBA;

21.1.7. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

22. GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

22.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Contratante para os serviços contratados, verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, instruir e dar andamento aos procedimentos de repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, sanções e extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas;

22.2. A fiscalização, gestão, acompanhamento e a orientação relativos ao seguro contratado ficarão a cargo da GAD — Gerência Administrativa, devendo:

a) Acompanhar e fiscalizar a prestação pela contratada dos serviços relativos ao seguro contratado;

b) Comunicar a ocorrência de sinistro à seguradora e adotar as providências pertinentes fixadas nas condições do seguro contratado;

c) Manter registro de ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

d) A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por colaboradores formalmente designados, conforme diretrizes estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA;

e) Os responsáveis designados deverão zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas, bem como pela qualidade dos serviços prestados pela Contratada;

f) Aos responsáveis designados caberá conferir e atestar todas as Notas Fiscais da Contratada e as Certidões anexadas, procedendo tempestivamente aos respectivos encaminhamentos para pagamento;

g) A Fiscalização deverá notificar POR ESCRITO a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços e exigir adoção de medidas corretivas necessárias;

- h) A Fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- i) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- j) Caso o objeto contratado não seja entregue conforme foi especificado, o Fiscal do Contrato discriminará através de termo/livro próprio, as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

23. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 23.1. A CONTRATADA deverá apresentar, até o dia 20 de cada mês, relatório de medição discriminando as atividades e serviços prestados **no período de referência, compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior**;
- 23.2. Após a emissão do relatório a CONTRATANTE analisará o relatório e, estando este condizente com os serviços prestados, autorizará a emissão de Nota Fiscal ou Fatura;
- 23.3. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias consecutivos da apresentação da Nota Fiscal correspondente aos serviços executados no mês anterior. Após conferir e atestar a Nota Fiscal, caberá ao Fiscal do contrato encaminhá-la para pagamento.
- 23.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá obrigatoriamente ser acompanhada da apresentação das certidões negativas de débitos fiscais e previdenciários da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista-CNDT.
- 23.5. Nenhum pagamento será efetuado ou liberado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.
- 23.6. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 24.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de empregado público especialmente designado pela Contratante;
- 24.2. Efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços fornecidos pela Contratada após a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido “atesto” do Gestor de Contrato, ou do Fiscal, caso este também seja designado;
- 24.3. Zelar, durante toda a vigência contratual, pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 24.4. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada, fixando prazo para a sua correção, quando for o caso;
- 24.5. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à locação e à prestação dos serviços;
- 24.6. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;
- 24.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;
- 24.8. Avaliar periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço da Contratada, e tomar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento, em especial os relativos à

disponibilidade, conectividade, segurança da informação, entre outros;

24.9. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

24.10. No caso de rejeição do serviço, a Contratante deverá comunicar o fato à Contratada, que terá um prazo de até 24 horas após a comunicação, para sanar as pendências;

24.11. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Prestar os serviços conforme prazos, especificações técnicas e condições definidas neste Termo de Referência e conforme Proposta Comercial;

25.2. Prestar suporte técnico dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos.

25.3. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, pontos de contato dos responsáveis pelo suporte técnico e apoio administrativo/comercial, contemplando nomes e telefones, bem como promover sua atualização constante;

25.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

25.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CODEBA autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

25.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

25.7. Apurado o dano e caracterizada sua autoria e culpa por qualquer empregado ou preposto da Contratada, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de notificação pela área fiscalizadora, sob pena de ter o valor apurado descontado na fatura do mês subsequente, sem prejuízo das demais sanções e responsabilidades cabíveis, observado o direito do contraditório e ampla defesa;

25.8. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato, que venham a ser solicitados pelo Contratante;

25.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação ambiental, inclusive pela regular quitação de taxas de licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais;

25.10. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

25.11. Comunicar à fiscalização do Contratante qualquer anormalidade/ocorrência constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

25.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

25.13. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

25.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

25.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

25.16. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 200 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos da CODEBA;

25.17. A existência e a atuação da Fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações;

25.18. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

25.19. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal da CODEBA durante a vigência deste contrato;

25.20. Cumprir fielmente os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, contratualmente, ou decorrentes de legislação aplicável;

25.21. Assegurar à Contratante os recursos técnicos e tecnológicos necessários para transição e portabilidade dos serviços em caso de distrato, descumprimento, interrupção ou encerramento de vigência contratual;

25.22. Para efeitos de mensuração dos limites estipulados neste Termo de Referência, os períodos de apuração serão contados a partir do 1º dia de cada mês sob gestão do Gestor do Contrato, formalmente designado;

25.23. Emitir nota fiscal no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à Contratante para pagamento.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA a Contratada que:

26.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

26.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

26.1.3. Fraudar na execução do contrato;

26.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

26.1.5. Cometer fraude fiscal;

26.1.6. Não manter a proposta.

26.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a CODEBA poderá aplicar ao contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

26.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

26.2.2. Multa moratória:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias. Após este prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em substituir o material rejeitado;

26.2.3. Multa compensatória:

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total

do objeto;

26.2.3.1. As importâncias relativas às multas serão descontadas pela CONTRATANTE de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de depósito bancário destinado à CODEBA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

26.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

26.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

26.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

26.3.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

26.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

26.3.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

26.3.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

26.3.7. Não mantiver a proposta;

26.3.8. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

26.3.9. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

26.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos internos da CODEBA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

26.5. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

26.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

26.7. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à GRF/CODEBA, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento – GDR, que será creditado na conta da CODEBA e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

26.8. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODEBA (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

26.9. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

27. DA CONFIDENCIALIDADE

27.1. É da inteira responsabilidade da contratada zelar pela preservação do sigilo pelo uso restrito à execução deste Termo de Referência.

27.2. A Empresa Contratada deverá respeitar e assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da CODEBA, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo.

27.3. Empresa Contratada somente poderá divulgar a terceiros informações sobre a CODEBA ou sobre o trabalho por ela realizado, caso seja autorizado, por escrito, pela autoridade competente da

CODEBA, com poderes para tanto, que contenha de forma clara e objetiva os limites das informações a serem fornecidas, sob pena de infringir o sigilo profissional.

28. CONDIÇÕES GERAIS

28.1. As condições gerais que se referem este termo de referência para contratação de seguro de vida em grupo estão previamente de acordo com a Superintendência de Seguros Privados — SUSEP, pela legislação aplicável e do Código Civil.

29. MATRIZ DE RISCO CONTRATUAL

29.1. Sendo cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, segue a classificação de riscos, conforme matriz.

ITEM	EVENTO	NÍVEL RISCO	RESPONSÁVEL
1	Atraso na emissão das apólices.	15	CONTRATADA
2	Aumento de custos e das despesas necessárias à realização dos serviços contratados.	10	CONTRATADA
3	Possibilidade de falência da contratada.	10	CONTRATADA
4	Erro na confecção dos elementos técnicos.	10	CONTRATANTE
5	Restrição em função de documentos da Contratada.	5	CONTRATADA
6	Erro na elaboração da Proposta.	6	CONTRATADA

1.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Falcão de Castro, Chefe de Serviço**, em 09/11/2022, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Joese de Andrade Bandeira Leandro, Gerente**, em 11/11/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6485879** e o código CRC **84634FB1**.



Referência: Processo nº 50903.001729/2022-11



SEI nº 6485879

Av. França, nº 1551 - Bairro Comércio
Salvador/BA, CEP 40010-000
Telefone: 7133201359 - www.codeba.com.br